

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.581.494 - SP (2019/0274845-0)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : PAULO FERRAZ DE MESQUITA FILHO
ADVOGADO : PAULO RABECHINI AMARAL - SP314019
AGRAVADO : JOSE EDSON GOUVEA COUTINHO
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE0000000M

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL. COMPRA E VENDA. IMÓVEL. INADIMPLEMENTO. TUTELA DE URGÊNCIA. SUSPENSÃO DE COBRANÇA DE IPTU. INDEFERIMENTO. REQUISITOS DA TUTELA. RECURSO ESPECIAL. INVIABILIDADE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA Nº 7 DO STJ. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INTUITO DE PREQUESTIONAMENTO. MULTA INCABÍVEL. SÚMULA Nº 98 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, PARCIALMENTE PROVIMENTO.

DECISÃO

PAULO FERRAZ DE MESQUITA FILHO (PAULO) ajuizou ação de rescisão contratual contra JOSÉ EDSON GOUVEA COUTINHO (JOSÉ), alegando o inadimplemento de obrigação contratual quanto ao pagamento do IPTU do imóvel adquirido por JOSÉ.

A decisão interlocutória indeferiu o requerimento de suspensão das cobranças tributárias incidentes sobre o imóvel (e-STJ, fls. 171/173).

Interposto agravo de instrumento por PAULO, o Tribunal paulista negou-lhe provimento, em acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 188):

AGRAVO DE INSTRUMENTO Ação de rescisão de compromisso de compra e venda - Compromissário comprador que assumiu a obrigação de pagar o IPTU relativo ao imóvel alienado, desde a data de assinatura do instrumento, no ano de 2001, o que vem sendo inadimplido - Compromissário vendedor que está sendo cobrado pelo Município em relação ao tributo - Tutela antecipada para suspensão da cobrança de IPTU, indeferida - Insurgência do compromissário vendedor - Não acolhimento - Entendimento recente do c. Superior

Superior Tribunal de Justiça

Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1111202/SP, pela sistemática dos recursos repetitivos (Tema 122), no sentido de que em caso de compromisso de compra e venda, tanto o comprador, quanto o vendedor podem ser instados ao pagamento do IPTU, a critério e conveniência da Administração Municipal - Partes que, ademais, figuram como coproprietárias do imóvel perante o Registro Imobiliário - Agravante que, se o caso, poderá pleitear ao agravado o ressarcimento dos prejuízos decorrentes do descumprimento desta obrigação contratual, mas não eximir-se, perante o Município, de pagar o tributo - Decisão mantida - RECURSO DESPROVIDO.

Os embargos de declaração opostos por PAULO foram rejeitados (e-STJ, fls. 198/202).

Inconformado, PAULO interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, sustentando a ocorrência de violação dos arts. 489, 1º, IV, 1.022, 1.026, parágrafo único, do NCPC, 34 do CTN, aduzindo, em síntese, que (1) o acórdão recorrido foi omissivo; (2) deve ser suspensa a cobrança de IPTU enquanto pender discussão sobre a propriedade do imóvel; e (3) é indevida a multa aplicada, tendo em vista que os embargos de declaração não tiveram intuito protelatório.

Não foram oferecidas contrarrazões.

Em juízo de admissibilidade, a presidência da Seção de Direito Privado do Tribunal paulista inadmitiu o apelo nobre ante a ausência de violação dos arts. 489 e 1.022 do NCPC e de demonstração da ofensa aos demais dispositivos legais, bem como a incidência da Súmula nº 7 do STJ. Dessa decisão foi interposto o presente agravo em recurso especial, no qual foi refutada a aplicação dos referidos óbices.

Não foram apresentadas contrarrazões.

É o relatório.

DECIDO.

O recurso merece parcial provimento.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

(1) Da negativa de prestação jurisdicional

Os embargos de declaração destinam-se a suprir omissão, esclarecer obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado, podendo ser-lhes atribuídos, excepcionalmente, efeitos infringentes quando algum desses vícios for reconhecido.

No caso, não existe nenhum dos vícios dos arts. 489, § 1º, IV, e 1.022, II, do NCPC, tendo PAULO apenas manifestado o inconformismo quanto ao entendimento delineado no acórdão embargado, revestindo-se a pretensão de caráter manifestamente infringente, o que não se coaduna com a medida integrativa dos embargos de declaração.

(2) Da tutela de urgência

A jurisprudência do STJ é firme no sentido de que é incabível o reexame dos pressupostos para a concessão da tutela de urgência examinados nas instâncias primevas.

Nesse sentido é o disposto na Súmula nº 735 do STF, aplicada por analogia, que dispõe não caber recurso extraordinário em face de acórdão que nega a concessão de decisão liminar.

Confira-se o seguinte precedente:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. QUERELA NULLITATIS. TUTELA ANTECIPADA. SUSPENSÃO OPE JUDICIS DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PLAUSIBILIDADE DO DIREITO. PERICULUM IN MORA. AUSÊNCIA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 1.022 DO NCPC. OMISSÃO INEXISTENTE. ACÓRDÃO RECORRIDO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. DECISÃO DE NATUREZA PROVISÓRIA. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA Nº 735 DO STF. DECISÃO MANTIDA. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Agravo interno interposto contra decisão publicada na vigência do novo Código de Processo Civil, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. Não há ofensa ao art. 1.022 do NCPC quando o Tribunal de origem enfrenta todas as questões postas, não havendo no acórdão recorrido omissão, contradição ou obscuridade.

3. Qualquer outra análise acerca dos requisitos do art. 300 do NCPC e da suposta existência de premissa falsa, capaz de alterar o resultado do julgamento, seria inevitável o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, procedimento sabidamente inviável na instância especial, com respaldo na Súmula nº 7 desta Corte.

4. A teor do que dispõe a Súmula nº 735 do STF, não cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar. Desse modo, não é cabível recurso especial para reexaminar decisão que defere ou indefere liminar ou antecipação de tutela.

5. Em virtude do não provimento do presente recurso, e da anterior advertência em relação a aplicação do NCPC, incide ao caso a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do NCPC, no percentual de 3% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da respectiva quantia, nos termos do § 5º daquele artigo de lei.

6. Agravo interno não provido, com imposição de multa.

(AgInt no REsp 1.727.285/AM, de minha relatoria, Terceira Turma, j. em 10/12/2018, DJe 13/12/2018)

Ademais, na hipótese dos autos, o acórdão recorrido manteve a decisão interlocutória que indeferiu o requerimento de tutela de urgência concernente à suspensão das cobranças tributárias sobre imóvel objeto do litígio entre as partes, fundamentando que ambos constam como proprietários no Registro Imobiliário e, assim, estariam sujeitos à incidência do fato gerador.

Confira-se:

Na hipótese vertente, em que pese tenha o agravado assumido contratualmente a obrigação de quitar os débitos de IPTU vencidos a partir da data da assinatura do contrato, em 24.08.2001 (cláusula 4ª, fls. 19/20 dos autos de origem), verifico que perante o Registro de Imóveis, tanto ele quanto o próprio agravante figuram como proprietários do bem (fls. 21 dos autos de origem), o que é suficiente, nos termos do recente entendimento do c. Superior Tribunal de Justiça, a ensejar a cobrança do referido tributo de qualquer deles, a critério da Administração Pública Municipal.

Portanto, a despeito da inegável infração contratual pelo agravado, resta ao agravante apenas o ressarcimento de eventuais prejuízos decorrentes das cobranças de IPTU que

lhe forem encaminhadas, as quais, ao menos por ora, se mostram legítimas e não podem ser obstadas em prejuízo da Municipalidade (e-STJ, fl. 191).

Assim, a reforma do acórdão que manteve o indeferimento da tutela de urgência implicaria análise dos requisitos para concessão da tutela em questão, previstos no art. 300 do NCPC, mormente o juízo sobre a probabilidade do direito, apenas viável, nesse momento processual, mediante juízo quanto aos elementos carreados aos autos, em afronta ao teor da Súmula nº 7 do STJ.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO RESCISÓRIA. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. REQUISITOS. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE. DOCUMENTO NOVO. SÚMULA Nº 7/STJ. TUTELA PROVISÓRIA. SUSPENSÃO. ATOS EXPROPRIATÓRIOS. PLAUSIBILIDADE DO DIREITO. INEXISTÊNCIA.

1. No recurso especial interposto contra decisão que julgou antecipação de tutela ou pedido liminar não é possível a análise de questões relacionadas ao mérito da ação, porquanto as instâncias ordinárias não decidiram definitivamente sobre o tema. Precedente.

2. Na hipótese, o Tribunal de origem entendeu que a recorrente já tinha conhecimento do procedimento arbitral ao tempo da ação originária, o que descaracterizaria a alegação de que a decisão arbitral estrangeira consubstancia documento novo para fim de ação rescisória. Rever tal entendimento demandaria o revolvimento de fatos e provas, providência que esbarra na censura da Súmula nº 7/STJ.

3. A suspensão do cumprimento de sentença até o julgamento final da ação rescisória somente é possível nas hipóteses em que estão preenchidos os requisitos para a antecipação de tutela, isto é, a verossimilhança das alegações e o perigo da demora, o que não ocorreu no presente caso.

4. Agravo interno não provido. Pedido de tutela provisória indeferido.

(AgInt no AREsp 1.126.839/PB, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, j. em 5/6/2018, DJe 14/6/2018)

Dessarte, não merece reforma o acórdão vergastado.

(3) Da multa aplicada

Melhor sorte socorre a PAULO no que concerne à multa, porquanto a jurisprudência do STJ é pacífica quanto a inaplicabilidade da penalidade prevista no art. 1.026, parágrafo único, do NCPC quando os embargos de declaração apresentam notório intuito de prequestionamento, nos termos da Súmula nº 98 do STJ.

Nesse sentido são os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EXCLUSÃO. MULTA. POSSIBILIDADE. ANÁLISE DE QUESTÃO DE MÉRITO. INOVAÇÃO RECURSAL. AGRAVO IMPROVIDO.

1. No que concerne à multa aplicada na origem por ocasião do julgamento dos aclaratórios, tem aplicação a orientação consolidada na Súmula 98 deste Tribunal, segundo a qual: "embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não tem caráter protelatório".

2. A alegação de não apreciação da questão de mérito, consubstanciada na análise da boa-fé na aquisição do imóvel, não foi trazida nas razões do recurso especial, constituindo indevida inovação recursal, e torna inviável a análise do pleito ante a configuração da preclusão consumativa.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt nos EDcl no REsp 1.490.949/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. em 30/9/2019, DJe 3/10/2019)

AGRAVO INTERNO. MANDADO DE SEGURANÇA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÕES. IMPOSIÇÃO DE MULTA. ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. VIOLAÇÃO AO DIREITO LÍQUIDO E CERTO. SÚMULA 98 DO STJ. ALTO VALOR DA MULTA. TERATOLOGIA.

1. As razões dos embargos de declaração demonstram uma argumentação plausível, consistente e detalhada, que não condiz com a imposição da multa por interposição de recurso protelatório, mormente ante o teor da Súmula 98 do STJ: "Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não tem caráter protelatório".

2. A concessão da segurança é medida que se impõe, quer seja pela violação ao direito líquido e certo do então embargante de, mediante recurso com argumentação plausível e detalhada, obter a manifestação do órgão julgador sobre os pontos supostamente omissos e obscuros sem que lhe fosse cominada nenhuma sanção processual quer seja pelo altíssimo valor da multa cominada nos embargos declaratórios, ato que pode ser acoimado de teratológico,

Superior Tribunal de Justiça

pois, em valores de 2005, já atingia o montante de R\$ 186.194,97.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no MS 11.949/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Corte Especial, j. em 7/8/2019, DJe 2/9/2019)

Assim, há que se afastar a multa aplicada no julgamento dos embargos de declaração.

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º, do NCPC, c/c o art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela Emenda nº 22 de 16/3/2016, DJe 18/3/2016), **CONHEÇO** do agravo para **CONHECER EM PARTE** do recurso especial e, nessa extensão, **DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO**, para afastar a multa prevista no parágrafo único do art. 1.026 do NCPC.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator